
O desarmamento começa por desarmar os corações

LEONEL NARVÁEZ GÓMEZ

A posse e o uso de armas por civis é provavelmente uma das demonstrações mais claras da carência de democracia dos povos. Mais grave é a carência dos povos que fabricam e comercializam essas armas e, pior ainda, a carência daqueles que usam as armas como se fossem o argumento mais forte para garantir a paz e a convivência cidadã.

O referendo que ocorrerá no final de outubro de 2005 constitui um chamamento para a consolidação das instituições democráticas e, em especial, da vontade de fortalecer a civilidade e a convivência, como elevadas expressões da democracia.

Proibir a venda e o uso das armas é, sem dúvida, um passo decisivo para o estabelecimento de condições para a paz dos povos e entre os povos. No entanto, é um passo insuficiente para consolidar o capital democrático das nações. Embora o desarmamento físico seja útil e necessário, a condição *sine qua non* para conseguir a sustentabilidade da paz é o *desarmamento dos corações*.

A posse e o uso de armas por civis é provavelmente uma das demonstrações mais claras da carência de democracia dos povos.

Além das estatísticas comprovarem claramente que as armas não são absolutamente uma forma de garantir segurança, procura-

mos defender aqui a tese de que a violência nasce no coração das pessoas, que é justamente onde deverão ser gerados os processos de paz.

Mencionarei inicialmente uma série de dados significativos sobre o uso das armas e, em seguida, passarei a oferecer comentários relacionados com os fatores básicos que geram violência nas pessoas e nas sociedades, para então propor a necessidade de promover processos de educação em perdão e reconciliação, para facilitar o abrandamento de raivas, rancores e desejos de vingança que, no fundo, são os autênticos geradores e multiplicadores da violência.

Alguns dados significativos

É crença comum que as armas de fogo são a causa da violência. A consequência perversa das armas é o seu efeito de multiplicar e escalonar a violência e, sobretudo, a morte. Pode-se dizer que a violência é uma epidemia e que as armas são o transmissor mais perigoso da doença. No relatório da UNESCO [*Mortes Matadas, 2005*], o Brasil figura como o país onde ocorrem mais mortes e assassinatos causados por armas de fogo em todo o mundo. No ano de 2003 morreram 39.284 brasileiros vítimas de armas de fogo. As estatísticas revelam 108 mortos e 53 feridos por dia. O porte e o uso indiscriminado de armas de fogo freqüentemente levam conflitos banais a se converter em tragédias.

Alguns analistas equivocadamente acreditam que o perigo vem de fora, do ambiente em que as pessoas vivem e de agentes externos, como assaltantes e bandidos. Segundo investigações do FBI nos Estados Unidos, entre 1976 e 2002, apenas 15% dos homicídios de homens e 8% dos homicídios de mulheres foram cometidos por pessoas desconhecidas das vítimas.

Em São Paulo, em 46% dos casos de homicídio, ficou demonstrado que a vítima e o autor do crime eram conhecidos ou tinham relações de parentesco, vizinhança ou amizade [*NEVI/USP, 1996*]. No Rio de Janeiro, de cada três agressões com arma de fogo, uma é perpetrada por pessoa relacionada com a vítima. [*ISER, 1997*].

Diante dessa situação, podemos concluir que os crimes violentos não são cometidos apenas por banidos, mas também por “pessoas de bem” que, não tendo antecedentes criminais, simplesmente por uma falta de capacidade para controlar a raiva e os rancores, tornam-se assassinas por motivos banais. As armas de fogo transformam os conflitos mais corriqueiros em tragédias.

Fatores elementares da violência

Aquele que usa uma arma, o faz obedecendo a dois impulsos básicos. O primeiro é a raiva descontrolada ou o medo que o obriga a defender-se. O segundo é um desejo cultivado de vingança. A ocorrência desse segundo impulso é, de longe, a mais freqüente. Indubitavelmente, existem fatores objetivos que promovem a violência: a pobreza, o desemprego, a falta de educação e de serviços básicos. No entanto, a violência resulta também de fatores subjetivos, como a raiva e o rancor e, acima de tudo, é incentivada pelos desejos cultivados de vingança ou retaliação.

Neste sentido, o conceito de pobreza se torna mais amplo. A pobreza não é somente uma condição material das pessoas. A pobreza interior chega a constituir um fator muito mais perverso que a carência física, dentre os fatores que incentivam as violências cotidianas. Atualmente afirma-se em alguns círculos que, embora exista em muitos casos *a violência da pobreza*, existe também *a pobreza da violência*.

Dentro deste conceito, nós que trabalhamos com a hermenêutica das violências, entendemos agora por que um pobre com raiva é duas vezes mais pobre. Sem negar que é necessário e urgente solucionar a violência cruel da pobreza, entendemos a urgência de buscar soluções para a pobreza emocional, que torna a violência mais violenta.

Nas comunidades de debates sobre a violência e suas causas, quando procuramos esmiuçar com maiores detalhes a motivação das personalidades violentas, chegamos recentemente a três conclusões preliminares.

- **Primeira**, os seres humanos não sabem controlar as emoções e, de maneira especial, não sabem lidar com a raiva. De certa forma, somos analfabetos emocionais. O *cérebro primitivo ou arcaico* constitui a base desta explicação. Os seres humanos, tanto quanto se pode cogitar, têm níveis precários de humanidade. Assim sendo, a animalidade parece dominar na maioria. O controle inadequado da raiva e, em geral, de todas as emoções, nos situa em níveis muito altos de risco, para o desenvolvimento do homo harmônico. O *cérebro arcaico* nos levou a acreditar que a violência pode ser resolvida, não só com a violência das armas, mas também com a violência da linguagem, que parece ter maior impacto negativo sobre as pessoas que ofendemos. Chegamos até a acreditar que as armas podem construir a paz e, pior ainda, chegamos a engendrar meticulosamente um tipo de justiça que castiga a violência com mais violência, convertendo paradoxalmente os dispositivos de promoção da justiça em multiplicadores do mal que procurávamos eliminar.

- **Segunda**: existe um analfabetismo generalizado em relação a diferentes alternativas à violência, que poderiam ser utilizadas para resolver conflitos. Durante séculos acreditamos na força como método capaz de transformar as inevitáveis diferenças humanas. As mesmas instâncias alternativas de solução de conflitos que tiveram um notável desenvolvimento na última década (mediação, conciliação, juízes de paz), freqüentemente caem na tentação de ajuizar os trâmites para a solução e transformação de conflitos, diante da impossibilidade de garantir formas sustentadas de convivência e paz.

- **Terceira**: Uma conseqüência fatal das duas anteriores é a carência de mediadores e a multiplicação de instigadores. É muito comum reagirmos ao conflito aumentando a violência. Sentimos prazer em tornar a violência mais violenta, pretendendo apagar o incêndio com mais fogo. Isso é uma prática exequível na lida com incêndios florestais, porém inconseqüente no tratamento dos conflitos humanos. A gestão dos mecanismos de mediação termina,

em boa parte, levando para o âmbito judicial tudo aquilo que deveria ser um exercício de promoção da tolerância, para a reconstrução recíproca de relacionamentos frustrados pelo conflito.

Elementos comuns a vítimas e autores do crime

Na presença de atos de violência, tanto a vítima quanto o delinqüente se sentem afetados em três pilares da existência humana:

- Em sua auto-estima.
- Em sua segurança.
- Em sua capacidade de socialização.

Assim sendo, o esforço para construir a paz deve incluir o fortalecimento desses três pilares, nas pessoas e nos grupos sociais. É impossível imaginar uma paz sustentável, sem o fortalecimento desses três pilares. Infelizmente, uma cegueira milenar levou-nos a crer nas armas e, em geral, no *critério moral punitivo*, como a fórmula mais eficaz contra a violência, ignorando que a retaliação, o castigo e a vingança são geradores de mais conflito e mais violência.

A promoção e o estabelecimento de uma *justiça restaurativa* começam a ser esforços cada vez mais reconhecidos e valorizados no seio das culturas mais progressistas. Quando pessoas e coletividades adotam este novo estilo de vida, torna-se possível entender por que é uma prioridade desarmar o coração e como o desarmamento do coração é possível quando se promove a cultura do perdão e da reconciliação. Desmond Tutu proclamava insistentemente que *sem perdão não há futuro*, por haver entendido cabalmente a urgência de implantar uma nova cultura, baseada não na retaliação e no castigo do outro (ou seja, na *eliminação do outro*), mas sim na restauração dos agressores e no estabelecimento de novos pactos garantindo que a violência nunca mais voltará a gerar a iniquidade e a desumanização que atingiu a África do Sul.

O perdão e a reconciliação são virtudes heróicas de alto significado civil e político, nas quais precisamos nos exercitar. Só se aprende a perdoar, perdoando e perdoando até o imperdoável, como às vezes nos exige a realidade da vida. Jacques Derridá dizia que o único perdão verdadeiro é o do imperdoável. As pessoas que não perdoam são pessoas paralisadas internamente, congeladas pessoal e socialmente. Este princípio se aplica igualmente aos grupos que se confrontam em comunidades rivais. Na realidade, avolumam-se as evidências de que os indígenas e os negros são grupos humanos que, ao longo da história, acumularam coletivamente raivas, ódios e rancores, compreensíveis por suas causas, mas que freiam perversamente o desenvolvimento e o crescimento material e espiritual daqueles grupos humanos.

*As raivas e os ódios se acumulam no tempo... não se esfumam!
São reações, tanto individuais quanto coletivas, que contaminam
e paralisam a dinâmica interna das pessoas e das sociedades.*

Mas estamos diante de um gigantesco paradoxo: aquilo que mais falta faz no cotidiano dos seres humanos, ou seja, o perdão e a reconciliação, é justamente o que mais ignoramos. Há muito pouco tempo as ciências sociais começaram a produzir teorias e métodos relacionados com essas necessidades tão prioritárias. Mas o pior é que a própria base da mensagem cristã continua ignorada. O próprio clero, dentro da igreja católica, não obstante haver monopolizado a administração do perdão, exhibe níveis preocupantes de ignorância sobre seus instrumentos e métodos. A prática do perdão e da reconciliação não pode ser monopólio dos confesionários. Precisa ser divulgada e promovida para a cotidianidade das pessoas e das culturas.

A pedagogia e a cultura da reconciliação farão com que na vida cotidiana prevaleça Abel e não Caim ...

Ellie Wiesel, Prêmio Nobel da paz, costumava dizer que os seres humanos têm dentro de si *um Caim e um Abel*. Um é a imagem daquele que deixa prevalecer o ódio, a raiva e o desejo de vingança. O outro, Abel, é o símbolo daquele que abriga a bondade e a ternura em seu coração.

Aquele que decide portar armas é uma pessoa que opta por encarnar o arquétipo de Caim. O que opta pela encarnação de Abel é a pessoa que não acredita na força das armas e prefere a força do amor.

Para terminar, podemos afirmar que a cultura do perdão e da reconciliação é a base do processo de desarmamento. O verdadeiro desarmamento começa no coração das pessoas!